



Nota Técnica nº 44/2016

Subsídios acerca da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 745, de 15 de setembro de 2016.

I – INTRODUÇÃO

Com base no art. 62, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 745, de 15 de setembro de 2016, que “*Autoriza o Banco Central do Brasil a adquirir papel moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro*”.

A presente Nota Técnica atende à determinação do art.19 da Resolução n.º 1, de 2002, do Congresso Nacional, o qual estabelece: “*o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da casa a que pertencer o relator de medida provisória encaminhará aos relatores e à comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de medida provisória*”.

II – SÍNTESE E ASPECTOS RELEVANTES

A Medida Provisória nº 745/2016 autoriza o Banco Central do Brasil a adquirir papel moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro, com o objetivo de abastecer o meio circulante nacional.

O art. 3º da MP estabelece que a inviabilidade ou fundada incerteza quanto ao atendimento, pela Casa da Moeda do Brasil - CMB, da demanda por meio circulante ou do cronograma para seu abastecimento, em cada exercício financeiro, caracteriza situação de emergência, para efeito de aquisição de papel moeda e de moeda metálica de fabricantes estrangeiros.

De acordo com a Exposição de Motivos Interministerial nº 114/2016, de 13 de setembro de 2016, do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, que acompanha a MP 745/2016, a Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, estabeleceu que a Casa da Moeda do Brasil tem exclusividade na fabricação de papel moeda e moeda metálica no País, mas não vedou a contratação pelo Banco Central de fornecedor estrangeiro para essa finalidade.

A MP em análise tem por finalidade deixar clara tal possibilidade, uma vez que há incerteza quanto ao cumprimento, no exercício de 2016, das metas de

produção de numerário estabelecidas em contrato, o que pode prejudicar os usuários do sistema financeiro. Segundo a EMI, os problemas técnicos relatados pela CMB afetarão a produção de cédulas já no presente exercício, ensejando a necessidade de o BCB formalizar contrato emergencial com outro fornecedor.

III – COMPATIBILIDADE E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, que “*Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências*”, refere-se da seguinte forma ao exame de adequação orçamentária e financeira: “*O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.*”

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), no seu art. 16, §1º, estabeleceu os seguintes conceitos sobre adequação e compatibilidade financeira e orçamentária:

“§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.”

Do ponto de vista do exame de adequação orçamentária e financeira, verificamos que autorização para que o Banco Central adquira papel moeda e moeda metálica de empresas estrangeiras não indica aumento de custos, uma vez que implicará em simples troca de fornecedor e tais operações deverão ser realizadas respeitando as recursos globais previamente definidos para essa finalidade.

Esses são os subsídios.

Brasília, 20 de setembro de 2016.



WELLINGTON PINHEIRO DE ARAUJO

Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira